

SUMÁRIO

Ação penal pública incondicionada no crime de lesões corporais leves quando abarcado pela Lei Maria da Pena.....	17
<i>Ana Olívia Ferreira Bosque</i>	
<i>Andréa Christina Diniz Silva</i>	
<i>Carlos Renato de Oliveira Corrêa</i>	
<i>Mateus Temponi Soares</i>	
<i>Paulo Eduardo de Figueiredo e Silva</i>	
Vedações para a suspensão do processo	43
<i>Antônio Armando dos Anjos</i>	
Da missão institucional do Superior Tribunal de Justiça e sua contribuição para a efetividade do princípio da legalidade	55
<i>Antônio de Padova Marchi Júnior</i>	
Inexistência de multa por litigância de má-fé no processo penal.....	75
<i>Carla Silene Cardoso Lisboa Bernardo Gomes</i>	
Reincidência e prescrição: análise da Súmula 220 do STJ.....	91
<i>Daniela Villani Bonaccorsi</i>	
<i>Leonardo Isaac Yarochewsky</i>	
Restrições à prorrogação da interceptação de conversa telefônica.....	101
<i>Felipe Martins Pinto</i>	
A relação entre o processo administrativo de constituição do crédito tributário e os crimes de descaminho e de apropriação indébita previdenciária à luz da jurisprudência dos tribunais superiores	115
<i>Gustavo Henrique de Souza e Silva</i>	
Confissão espontânea como circunstância atenuante preponderante	133
<i>Hedlian S. Cândido</i>	
<i>Nilson Vital Neves</i>	
A Súmula 241 do Superior Tribunal de Justiça e seu significado para o critério trifásico de aplicação da pena	147
<i>Jair Leonardo Lopes</i>	
Revisão criminal de infrações penais de menor potencial ofensivo processadas perante os Juizados Especiais deve ser ajuizada perante as respectivas Turmas Recursais.....	161
<i>Laurita Hilário Vaz</i>	



Produção antecipada de prova: medida excepcional que pode ser realizada em conformidade com o modelo constitucional acusatório, legitimando-se no contraditório e no direito de defesa	171
<i>Leonardo Augusto Marinho Marques</i>	
A possibilidade de quebra de sigilo fiscal diretamente realizada pelo Ministério Público: limites da investigação criminal e o respeito aos direitos fundamentais do acusado	183
<i>Luciano Santos Lopes</i>	
O relaxamento da prisão em flagrante por atipicidade da conduta e a viabilidade de instauração da ação penal	205
<i>Maria Luísa de Marilac Alvarenga Araújo</i>	
Julgamentos de recursos proferidos por turma composta majoritariamente por juízes de primeiro grau	223
<i>Maria Thereza Rocha de Assis Moura</i>	
Cautelas legalmente exigidas na transferência de preso para presídio federal que podem ser adiadas caso demonstrada a urgência na transferência	237
<i>Maurício de Oliveira Campos</i>	
Breve estudo sobre o instituto da prisão provisória e o princípio da presunção de inocência no direito brasileiro	247
<i>Reynaldo Ximenes Carneiro</i>	
Incidência da Lei Maria da Penha em hipótese de crime praticado contra ex-namorada, desde que resultante da relação existente.....	263
<i>Soraya Brasileiro Teixeira</i>	
A liberdade provisória como regra constitucional	277
<i>Tiago Souza de Resende</i>	